



DECLARAÇÃO DE PRAIA

A primeira edição das Jornadas Anuais da Governação em África (JAGA), iniciativa da Aliança para Reconstruir a Governação em África, que aborda o tema "África reinventa a sua Governação", foi realizada na cidade de Praia (República de Cabo Verde) de 09 a 12 de Julho de 2012. Esta primeira edição inaugurou uma série de quatro conferências de reflexão prospectiva cuja ambição consiste em contribuir a emergência de uma África que assume o controlo do seu destino daqui à meta simbólica de 2060, um século após as primeiras independências. Ela reuniu participantes de várias áreas socioprofissionais, de todas as regiões da África, da diáspora assim como amigos da África.

Os objectivos da conferência consistiam em: contribuir a criação de um espaço duradouro de partilha/intercâmbio, de valorização e de partilha das actuais e mais inovadores experiências, reflexões e políticas públicas sobre a governação em África; contribuir a uma maior sinergia entre as iniciativas das instituições e as iniciativas da sociedade civil; contribuir a uma maior socialização das políticas públicas no âmbito da governação; elaborar propostas e uma estratégia multiactores e prospectiva para permitir a África de efectivamente assumir o controlo do seu destino; contribuir ao estabelecimento das iniciativas de reconstrução efectiva da governação.

Os debates abordaram temas fundamentais da governação: criar o "viver juntos" no seio das sociedades em torno de valores e princípios partilhados; tirar o melhor proveito da tradição e da modernidade e admitir o pluralismo jurídico; reconstruir o Estado africano pós-colonial através da descentralização e da integração regional; promover uma gestão adequada e inclusiva dos assuntos públicos; construir as condições de paz e segurança para todos.

Os debates permitiram aos participantes de realçar consensos fortes nos seguintes pontos:

- Levar em consideração a governação, está na origem e também representa a solução para as crises multifacetadas, políticas, sociais, económicas, que atravessa o continente africano;
- A necessidade para o continente de se dotar de uma visão endógena, global e a longo prazo da sua governação, e a tradução de esta visão num projeto partilhado e inclusivo de todos os actores da sociedade;

- A necessidade para a África não só de participar activamente ao processo de globalização, mas também de partilhar o liderança, baseando-se nas suas inumeráveis vantagens (recursos humanos, nomeadamente uma juventude com melhor formação, recursos naturais imensos, sociedades civis cada vez mais organizadas e com mais iniciativas, uma vontade política das instituições em geral, em particular dos Estados e organizações de integração regional, de melhorar o seu funcionamento, de reforçar as suas capacidades ao serviço dos cidadãos);
- A necessidade para as sociedades africanas de definir, formalizar e promover melhor os valores e princípios partilhados que devem estabelecer as relações entre os indivíduos e entre as comunidades, as modalidades de devolução, de exercício e de controlo do poder ao serviço do interesse geral, assim como os processos de atribuição e de partilha equitativa dos recursos e das riquezas; estes processos de regulamentação dos assuntos públicos devem levar em conta o ambiente de pluralismo normativo, institucional e social e incluir os modos tradicionais de regulamento num projeto, não arcaico mas de modernidade controlada;
- A necessidade de basear-se de forma estratégica nos processos de descentralização, considerados não como simples reformas administrativas, mas como um projeto eminentemente político de reconstrução dos Estados, que reforçaria as suas legitimidades e eficácia, e asseguraria uma melhor regulamento da diversidade natural das sociedades;
- A necessidade de reforçar os processos de integração regional valorizando a complementaridade a partir da base para tornar a integração num factor de desenvolvimento, de paz, de segurança, e de reforço dos Estados e de integração da África no mundo;
- A importância da utilização das línguas africanas nos sistemas educativos, institucionais e administrativos;
- A necessidade de construir a visão e o projeto africano de governação com os parceiros da África.

A partir destes consensos, os participantes, acreditando que o sonho deles para África pode tornar-se realidade:

- x Acreditam que a parceria de vários actores deve ser o motor do desenvolvimento, da implementação e da avaliação das políticas publicas e que o quadro legal e institucional assim como os mecanismos de participação cívica e de diálogo entre todos os actores devem ser reforçados a todos os níveis, local, nacional, sub-regional, continental e internacional;
- x Acreditam que a educação e o reforço da sensibilização e dos valores cívicos são as alavancas para assegurar a supremacia do interesse geral sobre os interesses particulares ou interesse de grupo, da democracia e da coabitação pacífica das comunidades humanas;

- x Acreditam que é urgente e necessário tomar medidas para criar forças de defesa e de segurança dos Estados, forças republicanas, actores do desenvolvimento que protegem a segurança humana, para promover uma abordagem e uma governação partilhada da segurança;
- x Acreditam que os processos constitucionais devem ser inclusivos, levar a emergência de melhores modalidades formas de controlo do poder político, de prevenção e de resolução das crises;
- x Encorajam as instituições de integração regional a continuar os seus esforços em vista da construção de uma visão e um projeto de integração regional que promove uma cidadania regional efectiva, e uma maior territorialização e socialização das políticas comunitárias, reforça as suas capacidades de antecipação e de proactividade com os outros actores para prevenir os conflitos e assegurar a segurança;
- x Encorajam os Estados a valorizar a utilização das línguas nacionais, a reforçar e aprofundar os processos de descentralização numa visão partilhada com as colectividades territoriais e o conjunto dos actores locais;
- x Encorajam a Diáspora africana a participar activamente na reconstrução da governação em África;

Os participantes comprometem-se ao sair da conferencia em:

- Alargar e reforçar a rede de experiencias e de partilha das suas iniciativas de reforço da governação em África;
- Contribuir à advocacia, em particular para com os Estados e as organizações de integração regional, mas também para com junto as organizações da sociedade civil e das populações, para tirar proveito dos trabalhos da conferencia;
- Obrar para a continuidade e o enriquecimento das contribuições ao projeto «África Horizonte 2060»

Os participantes saúdam a Aliança para Reconstruir a Governação em África e todos os parceiros, africanos e amigos da África, que permitiram a realização da conferencia e os exorta a acompanhar a série de conferencias.

Os participantes agradecem vivamente a Fundação Amílcar Cabral e as autoridades Cabo-verdianas, em particular a Presidência da República, a Assembleia Nacional, o Governo através do Ministério dos Assuntos Exteriores, e a Câmara Municipal da Praia e os exorta a ser o relai do projeto «África Horizonte 2060» junto aos seus homólogos africanos.

Praia, 12 de Julho de 2012